



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Plano de Desenvolvimento Institucional

2019 – 2023

Porto Alegre

2020

Todos os direitos desta edição reservados
À Escola de Saúde Pública – ESP/RS

Elaboração e informações

Escola de Saúde Pública – ESP/RS

Avenida Ipiranga, 6311

CEP 90610-001 – Porto Alegre – RS

www.escoladesaudepublica.rs.gov.br

R585p Rio Grande do Sul. Secretaria da Saúde. Escola de Saúde Pública.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023/Escola
de Saúde Pública. Porto Alegre, 2020.

68p.

1. Desenvolvimento Institucional. 2. Planejamento. I. Secretaria
da Saúde do Rio Grande do Sul. II. Escola de Saúde Pública. III. Título.

NLM WA 541.DB8

Catálogo na fonte – Centro de Informação e Documentação em Saúde – CEIDS/ESP/SES/RS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

Plano de Desenvolvimento Institucional

2019 – 2023

Governador
Eduardo Leite

Vice-Governador
Ranolfo Vieira Júnior

Secretária de Saúde
Arita Bergmann

Diretora da Escola de Saúde Pública
Teresinha Valduga Cardoso

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	08
2 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	10
2.1 Identificação da Mantenedora e da Mantida	10
2.2 Missão	10
2.3 Visão	11
2.4 Valores	11
2.5 Objetivos	11
2.6 Áreas de atuação	12
2.7 Metas	13
3 HISTORICO DA FORMAÇÃO NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	15
4 PRINCIPAIS ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO	27
4.1 A Residência Integrada em Saúde (RIS)	27
4.2 Ensino de Pós-Graduação	33
4.3 Educação Profissional	34
4.4 Educação em Saúde Coletiva	35
4.5 Núcleo de Pesquisa	36
4.6 Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde	37
5 POLÍTICAS ARTICULADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	39
5.1 Política de Ensino	39
5.2 Política de Pesquisa	39
5.3 Política de Extensão	40
5.4 Política de Gestão	41
6 PRINCIPIOS FILOSOFICOS E TEÓRICOS-METODOLOGICOS	42
6.1 Marcos conceituais da educação em e na Saúde	42
6.2 Concepção de Currículo	43
6.3 Concepção de Ensino-aprendizagem	45
6.4 Concepção de avaliação	47
6.5 Processo de avaliação	48
6.6 Linhas de Pesquisa	49

7 PERFIL DO EGRESSO	52
8 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVA ...	53
9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA	54
9.1 Estrutura da Escola	54
9.1.1 Direção	54
9.1.2 Divisão Acadêmica e de Políticas de Educação em Saúde (DAPES)	54
9.1.3 Divisão de Pesquisa em Saúde	57
10 CARACTERIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO	60
10.1 Instalações Físicas	60
10.2 Laboratórios	61
10.3 Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde - Biblioteca...	60
REFERÊNCIAS	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cursos Técnicos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem realizados no período de 1975-2006.....	17
Quadro 02: Distribuição das vagas da Residência Multiprofissional em Saúde, por área de concentração, no período de 2021-2024.....	31
Quadro 03: Distribuição das vagas da Residência Médica, por programa, no período de 2021-2024	33
Quadro 04: Principais atividades no âmbito da pós-graduação no período de 2020-2024	34
Quadro 05: Principais atividades no âmbito da Educação Profissional no período 2019	35
Quadro 06: Acervo do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Coordenadorias Regionais de Saúde	20
Figura 02: Estrutura da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul	54

APRESENTAÇÃO

A Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESP/RS) tem assumido o compromisso com a formação, a educação permanente, a pesquisa e a produção de conhecimentos em saúde em consonância com os preceitos constitucionais e éticos do SUS.

Desde sua promulgação, a Constituição Federal atribui como uma das competências do SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” e “incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico”. A Lei Orgânica da Saúde, nos Art. 12 e 13, indica a criação de comissões intersetoriais com a finalidade de articular programas e políticas de interesse para a saúde, entre elas os recursos humanos e a ciência e tecnologia. E, nos termos do Art. 14 afirma que “deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre serviços de saúde e instituições de ensino profissional e superior”, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

A construção de um Sistema Único de Saúde com qualidade e resolutividade, que atenda às necessidades dos indivíduos e populações, passa pela qualificação da gestão, da atenção, do controle social e da educação popular em saúde.

A educação em saúde coletiva compreende ações que partem dos princípios e diretrizes do SUS, e que se materializam na formação e pesquisa no âmbito da saúde. Desta forma, é preciso planejar, desenvolver, e executar ações de educação em saúde que levem em conta as necessidades locais, partindo da integração necessária para a construção de uma política de saúde efetiva. Tal integração deve ser produzida a partir de um trabalho em conjunto com os demais departamentos da Secretaria Estadual de Saúde e na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) visa reafirmar este compromisso ético com o SUS e com seus trabalhadores.

Para a elaboração deste PDI, foi constituído um grupo de trabalho, com representação das coordenações técnicas da ESP/RS, que buscaram resgatar o trabalho já produzido em vários momentos de sua história. Este plano é fruto do

trabalho desenvolvido com a contribuição dos profissionais que ora constituem a escola e também de outros que por aqui passaram e deixaram seu legado. Podemos dizer que trata-se da atualização de um plano que já está em desenvolvimento e que servirá de “norte” para o trabalho da ESP/RS nos próximos anos. Sua socialização e implementação é de responsabilidade de todos os atores envolvidos com a instituição.

Nas próximas páginas, serão descritos a identificação institucional, o histórico da formação na ESP/RS, as principais atividades em desenvolvimento, as políticas articuladoras do processo ensino-aprendizagem, os princípios filosóficos e teóricos-metodológicos. Serão ainda apresentados a organização acadêmica e administrativa, a caracterização da infra-estrutura e do corpo docente e técnico-administrativo da instituição.

Acreditamos que este Plano de Desenvolvimento Institucional contribuirá para superação dos obstáculos e desafios para a construção da escola que queremos, cumprindo seu papel na construção e consolidação do SUS.

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da Mantenedora e da Mantida

A **Mantenedora** da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande Do Sul.

Nome: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

CNPJ: 87958625/0001-49

Endereço: Avenida Borges de Medeiros, 1501, 5º e 6º andar

Cidade: Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3288-5800

Dirigente da Mantenedora: Arita Bergmann

A instituição **Mantida** é a Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

CNPJ: 87958625/0006-53

Endereço: Avenida Ipiranga, 6.311

Cidade: Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3287-2519 /3287-8089

E-mail: esp@saude.rs.gov.br

Dirigente da Mantida: Teresinha Valduga Cardoso

Cargo: Diretora

E-mail: teresinha-cardoso@saude.rs.gov.br

1.2 Missão

A gestão da educação em saúde coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha.

1.3 Visão

Ser um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva reconhecido por sua excelência na formação e educação permanente, em inovação, pesquisa e extensão e demais ações que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas, a promoção da saúde da população e o fortalecimento do SUS.

1.4 Valores

1. Democratização do conhecimento e da participação
2. Cooperação e integração
3. Solidariedade
4. Compromisso e ética
5. Integração entre trabalho e educação
6. Equidade
7. Atuação Intersetorial
8. Gestão compartilhada
9. Respeito à diversidade
10. Inovação contínua

1.5 Objetivos

À Escola de Saúde Pública tem como objetivos:

I – promover e desenvolver a educação e a produção de conhecimento no campo da saúde por meio do ensino, da pesquisa, das atividades de extensão educativa, da difusão de informação científica, documental e de educação popular e da articulação interinstitucional e intersetorial, de modo a contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Rio Grande do Sul;

II – participar da elaboração e desenvolvimento de programas/estratégias, estudos e projetos específicos de educação permanente, desenvolvimento institucional e inovação em saúde na SES;

III – articular, juntamente com a Departamento de Gestão de Pessoas e Saúde do Trabalhador, a qualificação profissional dos trabalhadores da saúde.

IV – promover intercâmbio e fomentar cooperação técnica e convênios com

instituições estaduais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de ações de pesquisa e educação permanente em saúde, buscando ampliar a cobertura e qualificar os programas educacionais;

IV – promover e estimular ações articuladas com as Secretarias Municipais de Saúde e os Conselhos de Saúde, oferecendo assessoria técnica, pedagógica e orientação para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde coletiva e pesquisa;

V – buscar continuamente a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e documentação, caracterizando a ESP/RS como um centro de educação e pesquisa potencializador da educação em saúde coletiva e da produção intelectual para o Sistema Único de Saúde;

VI- coordenar e implementar suas ações de forma descentralizada no interior do Estado, por meio dos Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC).

1.6 Áreas de atuação

A Escola de Saúde Pública atua nas seguintes áreas:

I – educação superior, em nível de *Lato Sensu* e extensões;

II – educação ensino-serviço, sob a forma do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS);

III – ensino profissional, sob forma de cursos de habilitação profissional, qualificação básica e especialização em área profissional;

IV – educação continuada e permanente para profissionais de qualquer escolaridade, inseridos no Sistema Único de Saúde e a realização de eventos/científicos e/ou de debates e reflexão;

V – gerenciamento dos recursos informacionais e documentais, recuperação e preservação da memória histórico-institucional da saúde pública/saúde coletiva, por meio do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS);

VI – pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito científico tecnológico e de acompanhamento da gestão de pessoas na área da saúde.

1.7 Metas

- Credenciar e certificar junto ao Conselho Estadual de Educação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Pública;
- Fomentar a oferta de cursos na área de educação profissional, entre eles o curso de cuidador de pessoas idosas, curso de imunizações, entre outros, conforme demanda.
- Reestruturar a área física existente com acessibilidade, qualificação da infraestrutura e da logística da ESP, com materiais, equipamentos e ferramentas educacionais para EAD.
- Fortalecer os NURESC enquanto instâncias descentralizadas da ESP/RS, garantindo encontros periódicos presenciais, virtuais, apoio pedagógico e logístico .
- Desenvolver estratégias de Educação Permanente (formação, qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores, gestores e conselheiros de saúde) na temática das redes de atenção à saúde e atenção básica, na área de vigilância em saúde, planejamento e gestão, controle social, participação e movimentos sociais, conforme previsto no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde.
- Implementar as redes de apoio intersetorial nas regiões de saúde fortalecendo as ações de educação em saúde coletiva (RESC/NUMESC).
- Qualificar a gestão e desenvolvimento da pesquisa na ESP/RS com o fortalecimento do Comitê de Ética, da implementação das Linhas de Pesquisa e outras publicações.

- Consolidar a Política Estadual de Residência Integrada em Saúde fortalecendo o processo de ampliação, descentralização, desinstitucionalização e configuração em redes.
- Ampliar o quadro dos servidores da escola priorizando o ingresso de: assessor jurídico, auxiliares administrativos, médico de família e comunidade, enfermeira, assistente social, nutricionista, pedagogo, farmacêutico, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, equipe técnica de informática completa.
- Ampliar e potencializar a estratégia EaD, com equipe técnica especializada.

2 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

No Rio Grande do Sul, muito antes do movimento da Reforma Sanitária, em 1962, é criada a Escola de Saúde Pública por meio do Decreto Estadual nº 13.812, de 11 de julho de 1962, vinculada a Secretaria da Saúde. (Art. 2º, 3º e § único) A ESP/RS tem como finalidade a realização de cursos anuais e regulares para a formação de técnicos nos diversos setores da Saúde Pública. A partir desta data, todos os Cursos ou Escolas existentes na Secretaria da Saúde passam a integrar a ESP. A Escola de Auxiliares de Enfermagem, criada pelo Decreto nº 5.027, de 30 de junho de 1954, somente passará a integrar a Escola de Saúde Pública, quando esta for oficializada pelo Governo Federal.

Ao longo dos anos a ESP/RS foi acumulando experiência, redimensionando suas atividades e contribuindo para a formação dos trabalhadores da saúde. Em 1975 teve início o primeiro Curso de Saúde Pública da ESP denominado Curso Básico Regional de Saúde Pública, buscando mudar o ensino tradicional e normativo de Saúde Pública instituído nos treinamentos até então realizados (ARMANI, 2006).

Em 1976 o Sistema de Saúde Murialdo, hoje vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, iniciou no Brasil o Programa de Residência em Saúde Comunitária (ARMANI, 2006). A ESP/RS foi pioneira em nível nacional nesta modalidade de formação e atuou como o principal centro formador em saúde pública do país e acolheu estudantes de vários Estados.

No Brasil, no final dos anos 70, no século XX, o esgotamento do modelo econômico, social e político do governo militar propiciou uma mobilização pela redemocratização. Frente à crise financeira na Previdência Social e no modelo de privatização da área da saúde, na década de 80, o movimento sanitário se fortalece oferecendo uma alternativa. Em 1986, a partir da crescente mobilização iniciada nos períodos anteriores, ocorre a 8ª Conferência Nacional de Saúde que conquista a legitimação e o apoio político de um verdadeiro programa para a Reforma Sanitária, garantindo a saúde como direito de todos e dever do Estado.

A Reforma Sanitária brasileira, a despeito de todo o arcabouço legislativo, encontra-se ainda em fase de afirmação: na prática, ainda se trabalha na lógica da

saúde unicamente como ausência de doenças; a formação dos profissionais de saúde ainda é muito focada na clínica, na especialidade, e numa perspectiva corporativa; a saúde dos profissionais ainda está longe dos ideais desejados; o investimento de recursos na saúde ainda é pequeno. Assim, na consolidação da Reforma, Campos (1994), afirma a importância de levar em conta aspectos como a concepção de saúde-doença, e os princípios de integralidade da atenção, regionalização, hierarquização da rede de serviços e a intersetorialidade.

Em diferentes cenários políticos, ao longo de sua existência, a ESP/RS foi ampliando e diversificando sua área de atuação, no cumprimento de sua missão de “gestão da educação em saúde no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha”. Neste sentido vem promovendo cursos de pós-graduação, programas de residência médica e multiprofissional e cursos de especialização em área profissional, cursos de aperfeiçoamento, cursos de educação profissional, bem como atividades de pesquisa e extensão.

Também tem realizado cursos de atualização em diferentes temas como: saúde do idoso; violência e saúde; saúde mental; estratégia de redução de danos; participação e controle social; saúde indígena; consciência negra; odontologia para pessoas com deficiência; mapeamento de movimentos sociais na saúde; formação de agentes comunitários em saúde, entre outros.

A Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul iniciou seu trabalho com Educação Profissional em 1954, com a finalidade de profissionalizar os trabalhadores da Área de Enfermagem. A formação profissional constitui-se, portanto, num dos pilares estruturais da criação da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Durante seus primeiros anos, suas atividades estiveram ligadas basicamente a formação de auxiliar de enfermagem. Desde então se percebe a relação primordial que se estabelece com educação profissional. Até o ano de 2006, a ESP realizava o curso Técnico de Enfermagem, sendo uma referência no estado na formação de profissionais nesta área. A retomada deste curso é uma das metas institucionais

bem como a oferta de novos cursos.

Quadro 01: Cursos Técnicos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem realizados no período de 1975-2006

NOME DO CURSO	PERÍODO	Nº de VAGAS
Curso Auxiliar de Enfermagem	1975 - 1976	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1977 - 1978	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1979-1980	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1981 - 1982	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1983 - 1984	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1985 - 1986	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1987 - 1988	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1989 - 1990	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1990 - 1991	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1992 - 1993	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1994 - 1995	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1996 - 1997	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1998 - 1999	30
Curso Técnico de Enfermagem	2001 - 2002	30
Curso Técnico de Enfermagem	2001 - 2004	30
Curso Técnico de Enfermagem	2002 - 2002	30
Qualificação de Auxiliar de Enfermagem	2001 - 2004	337
Curso Técnico de Enfermagem	2002 - 2004	425
Curso Técnico de Enfermagem	2003 - 2006	30
Curso Técnico de Enfermagem	2004 - 2006	30

Fonte: Relatórios da Secretaria Acadêmica da ESP/RS.

Em 30 de abril de 2004 (DOE de 03 de maio de 2004), através do Decreto número 43.069, foi incluída na Estrutura básica da SES/RS a Escola Técnica em Saúde, o que possibilitou a criação da Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul - ETSUS/RS através do Decreto 45.560 de 19/03/2008. Entretanto, a partir do parecer jurídico AJ/SES Nº303/2010, ficou estabelecido que sendo a ESP um departamento, já previsto no decreto estadual Nº44.050/2005, a ETSUS constitui-se como uma divisão interna da ESP, devendo ser acrescentada ao referido Decreto. Essa alteração legal não foi realizada, porém tal fato, segundo o mesmo parecer, “não a torna administrativamente independente, pois não há sentido administrativo manter-se dois setores desta Pasta diferentes atuando na mesma área, mas sim integrarem-se plenamente”. Nesse sentido, a ETSUS constitui-se como uma das coordenações/divisões da ESP intitulada Coordenação de Educação Profissional.

Os programas, projetos e ações de educação profissional

executados/coordenados pela ESP/RS, atendem prioritariamente, as demandas regionais de formação técnica de nível médio em saúde, com base nos princípios e diretrizes do SUS.

Na educação profissional, a ESP/RS destaca-se, além da formação de ACS, pelo Curso de Qualificação em Imunizações, e também pelo Curso de Qualificação em Acolhimento em Saúde.

A ESP/RS por sua atuação na área da educação profissional é uma das escolas que compõem a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) que foi instituída por meio de portaria 1.298, no dia 28 de novembro de 2000.

Em 2005, por meio do Decreto Estadual 44.050, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Saúde, as atividades da Escola são atualizadas tendo como competências:

[...] promover e executar [...] o desenvolvimento de recursos humanos da secretaria da Saúde; assessorar os municípios no que se refere a implementação dos sistemas municipais de saúde, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS); promover estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse do Setor da Saúde; promover convênios, acordos [...] para ensino, estudo e pesquisa, visando a troca de informações e a cooperação nos programas compreendidos em seu âmbito de ação.

Nesse mesmo movimento, as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) também são reafirmadas no seu papel de responsabilidade pelo planejamento, acompanhamento e gerenciamento do sistema regional de saúde, numa relação permanente de cooperação técnica, operacional e de diálogo com os municípios, com o objetivo político de organizar os sistemas e serviços de saúde, segundo os princípios do SUS. Nas CRS existem os Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC), instâncias descentralizadas da Escola de Saúde Pública.

Oficialmente os NURESC foram criados pela portaria SES/RS nº39, de 1º/12/2000. Entre suas principais metas estão: articular o desenvolvimento científico e tecnológico regional em saúde coletiva; desencadear uma política de formação e de educação continuada junto aos municípios em cada CRS; articular os órgãos formadores, as Organizações Não Governamentais (ONG) e os movimentos sociais

- no âmbito regional - nas áreas de interesse do SUS voltados para os serviços de saúde, para o debate das políticas públicas em saúde e para a construção do sistema municipal e regional de saúde. Estes Núcleos representam uma das mais importantes estratégias políticas adotadas pela ESP/RS, tematizando e descentralizando a capacitação, a pesquisa e a documentação em saúde como tarefa da condução política do SUS.

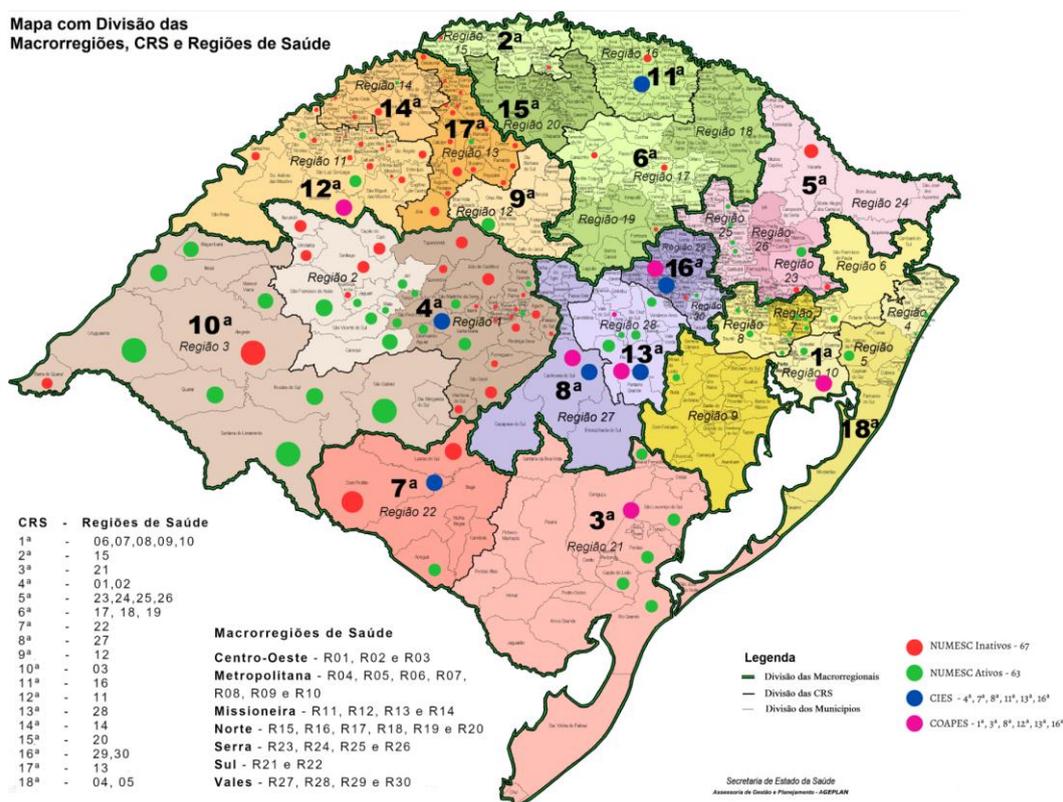
Os municípios-sede dos NURESC:

- 1ª CRS: Porto Alegre,
- 2ª CRS: Frederico Westphalen,
- 3ª CRS: Pelotas,
- 4ª CRS: Santa Maria,
- 5ª CRS: Caxias do Sul,
- 6ª CRS: Passo Fundo,
- 7ª CRS: Bagé,
- 8ª CRS: Cachoeira do Sul,
- 9ª CRS: Cruz Alta,
- 10ª CRS: Alegrete,
- 11ª CRS: Erechim,
- 12ª CRS: Santo Ângelo,
- 13ª CRS: Santa Cruz do Sul,
- 14ª CRS: Santa Rosa,
- 15ª CRS: Palmeira das Missões,
- 16ª CRS: Lajeado,
- 17ª CRS: Ijuí,
- 18ª CRS: Osório.

A proposta de expansão da ESP/RS é de configurar-se como Centro de Educação e Pesquisa, tendo os NURESC como coordenadores de unidades descentralizadas. Desta maneira, pode-se desenvolver tanto atividades presenciais descentralizadas e regionalizadas, quanto as atividades à distância em ambientes adequados, com tutores apropriados das realidades locais, mantendo os processos

administrativos centralizados e buscando preservar em seu princípio educativo a integração ensino-serviço, respeitando as pluralidades regionais.

Figura 01: Coordenadorias Regionais de Saúde



Em 2000 também foram criados os Pólos de Educação em Saúde Coletiva precursores das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) responsáveis pela condução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no estado. Foi nesta época que pela primeira vez a ESP passou a se relacionar com o ensino de graduação, quando foram gestadas as primeiras Vivências Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS).

Atualmente os NURESC são fundamentais para a consolidação da Gestão da Educação em Saúde Coletiva, atuando e participando do processo de construção, desenvolvimento e aplicação do Plano Estadual de Educação Permanente.

Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES)

No RS, desde o Decreto 7.508/ 2011, a organização da secretaria Estadual da Saúde, a partir das 30 regiões de saúde, a qual são distribuídas entre as 18 Coordenadorias Regionais de Saúde, as Comissões de Integração Ensino Serviço (CIES) passaram a ter diferentes configurações. O principal formato tem sido, naquelas localidades em que está ativa, a de ter uma na CRS congregando várias regiões de saúde.

Cabe ressaltar que a CIES Estadual está inativa desde meados de 2015. Nas CRS, temos CIES ativa na 4ª, 7ª, 8ª e 13ª. Sendo que na 16ª CRS estava ativa até o final de 2023. A 1ª CRS possui municípios que participavam do Colegiado Articulador, mas no momento, apesar de participação não houve atualização do regimento interno quando houve a mudança entre a 1ª e 2ª CRS.

Um dos cursos mais marcantes da ESP/RS é o Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP), o qual teve a primeira edição em 1975 em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ/MS). Nos anos de 1992, 1993 e 1994 a parceria foi com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e nos anos de 1995, 1996 e 1997 com a ENSP/FIOCRUZ e UFRGS. Em 2009, 2010 e 2011 os cursos foram realizados com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Até o ano de 2012, foram formados mais de mil sanitaristas, em 32 edições nacionais e em 02 edições binacionais (Argentina e Uruguai).

O Curso de Especialização em Saúde Pública tem como objetivos desenvolver capacidade crítica e qualificação técnica dos profissionais de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, ampliando a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas Locais e Regionais de Saúde; promover a compreensão das implicações político-econômico-sociais e institucionais da prática em Saúde; estimular a troca de saberes e experiências sistemáticas e atuação em rede, buscando a implementação nas diversas realidades, de conhecimentos técnicos diretamente relacionados ao planejamento e gestão de políticas e programas de saúde; estabelecer uma reflexão sobre as políticas públicas e as políticas de saúde e sua importância na melhoria da qualidade de vida das pessoas e populações; contribuir para a produção de conhecimentos estratégicos em

Sistemas de Saúde, com a utilização de informações e indicadores de saúde; contribuir para a instrumentalização de profissionais ligados ao setor saúde, em relação às competências nas áreas de atenção, educação e gestão em saúde; fortalecer a prática da educação permanente e continuada; valorizar as relações de trabalho dos profissionais de saúde nos diversos pontos de atenção no sistema de saúde.

Além destes cursos, a ESP/RS realizou em parcerias com diversas instituições os cursos de Especialização em: Enfermagem Obstétrica; Enfermagem Neonatal; Odontologia em Saúde Coletiva; Saúde da Família; Saúde Mental Coletiva com ênfase na atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas; Enfermagem na Atenção Básica; Direito Sanitário; Comunicação em Saúde; Humanização da Atenção e Gestão do SUS; Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Educação e Informação em Saúde: ênfase na Educação Popular em Saúde.

A Escola de Saúde Pública (ESP) oferece também o Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS), instituída pela Portaria nº 16/99, de 01 de outubro de 1999. A RIS configurou-se a partir da integração dos programas médicos então existentes no âmbito da SES/RS (Medicina de Família e Comunidade, Dermatologia e Psiquiatria) com a recém Residência Multiprofissional em Saúde, configurada em quatro áreas de concentração desenvolvidas em serviços próprios da SES/RS: Atenção Básica, Dermatologia Sanitária, Saúde Mental Coletiva e Pneumologia Sanitária.

A proposta de uma Residência Multiprofissional no âmbito do estado remonta, de fato, ao ano de 1976, sob gestão do então Centro de Saúde Murialdo. Foi um projeto pioneiro que, infelizmente, não sobreviveu às instabilidades políticas e econômicas. Assim, apenas em 1999 foi possível instituir uma proposta de formação multiprofissional juridicamente sustentada, a partir da promulgação de legislação específica para a criação dos programas e garantia de recursos financeiros para o pagamento das bolsas de estudo aos residentes.

Em 2009, com a municipalização do Centro de Saúde Escola Murialdo (CSEM), onde transcorria a Área de Concentração em Atenção Básica, a RIS passou a uma nova fase da sua história, dado a necessidade de uma articulação mais complexa com a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Dois anos depois teve início o processo de descentralização da RIS, com a incorporação do Município de Sapucaia do Sul ao Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade. No ano seguinte a descentralização passou a incluir a Residência Multiprofissional em Saúde, nas áreas de concentração em Atenção Básica e Saúde Mental Coletiva, compreendendo os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Lourenço do Sul.

Para a Área de Concentração em Saúde Mental Coletiva, especificamente, este processo significou uma transformação conceitual e metodológica muito significativa. Até o ano de 2011 os residentes desta área tinham sua formação vinculada ao Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), compreendendo um modelo que se distanciava da Lei da Reforma Psiquiátrica. A partir de então a formação dos residentes de saúde mental buscou consonância com os ideais da luta antimanicomial, com a diretriz de desinstitucionalização das políticas de saúde mental no estado, com o fortalecimento dos serviços substitutivos e da atuação em rede, aproximando-se da realidade que os profissionais vivenciam no SUS.

Em 2013 foi criada a Área de Concentração em Vigilância em Saúde, incluindo vagas para profissionais de campos que tradicionalmente não são incluídos no rol das profissões da saúde. Assim, foram contemplados residentes de sociologia, engenharia, arquitetura e geografia, entre outros, além das chamadas profissões da saúde, constituindo uma iniciativa até então inédita entre os programas de residência multiprofissional no Brasil.

No último processo seletivo foram oferecidas vagas para a mais nova Área de Concentração da RIS: Gestão em Saúde. Metade das mesmas dirigida à graduados em profissões específicas da área da saúde e a outra metade contemplando qualquer profissão com graduação de Nível Superior. Em ambos os casos é exigido comprovante de conclusão de outro programa de residência ou comprovante de dois anos de experiência profissional de atuação no Sistema Único de Saúde – SUS na sua área de graduação superior.

Assim, atualmente o componente multiprofissional da RIS compreende as áreas de concentração em Atenção Básica, Saúde Mental Coletiva, Dermatologia Sanitária e Vigilância em Saúde, todas cadastradas na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), além de Gestão em Saúde, em

processo de credenciamento. Os residentes atuam nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Farroupilha, Venâncio Aires, Sapucaia do Sul e São Lourenço do Sul, além de outros que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Com relação aos programas de Residência Médica, a RIS compreende as especialidades de Medicina de Família e Comunidade (com oferta de vagas para os municípios de Canoas, Farroupilha e Venâncio Aires), Dermatologia (desenvolvida do Ambulatório Dermatologia Sanitária em Porto Alegre), além de Psiquiatria Geral e Psiquiatria com Área de Atuação em Infância e Adolescência (ambas no Hospital Psiquiátrico São Pedro).

No ano de 2013 a RIS/ESP teve papel fundamental na implantação de programas de residência médica nos municípios de Sapucaia do Sul (Psiquiatria e Pediatria), São Lourenço do Sul (Psiquiatria) e Alegrete (Psiquiatria e Medicina de Família e Comunidade). Na ocasião a equipe técnica da RIS escreveu os projetos dos programas, os quais foram aprovados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação (Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM), além de realizar todo o processo seletivo para os mesmos. Além disso, a SES/RS garantiu aporte financeiro para a complementação das bolsas pagas pelo Ministério da Saúde para a primeira turma de residentes, buscando fortalecer a implantação dos projetos. A partir de então os programas passaram à responsabilidade dos respectivos municípios.

Quanto à pesquisa, a Escola integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (OBSERVA-RH), coordenada pelo Ministério da Saúde, que compõe um projeto de âmbito continental da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Tem como objetivo proporcionar o acesso a informações e análises sobre recursos humanos de saúde no país, apóia a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas setoriais, bem como a regulação social dos sistemas de educação e trabalho em saúde.

A ESP/RS participa da gestão compartilhada do Programa Pesquisa para o SUS, articulando as diversas organizações de pesquisa da área da saúde, integrantes por princípio do SUS no Rio Grande do Sul, sejam próprias da SES ou

vinculadas a Instituições de Ensino e Pesquisa, públicas ou privadas.

O Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde (CEPS) da Escola de Saúde Pública (ESP) é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa institucional dentro de padrões éticos. O CEPS/ESP é vinculado à Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, foi criado em 15/02/2001 pela Portaria 183/2001, atendendo às normas da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A renovação do registro do CEPS/ESP junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (CNS) ocorreu em 29/01/2014, no cumprimento da Resolução CNS nº 466/12.

O CEPS/ESP é formado por representantes da Escola de Saúde Pública Ambulatório de Dermatologia Sanitária/SES/RS; do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS/SES/RS); do Hospital Sanatório Partenon (HSP/SES/RS); da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades do RS (FADERS) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). É também membro do CEPS/ESP um representante dos usuários do sistema de saúde, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

A ESP é responsável pela produção do Boletim da Saúde que teve sua primeira publicação no ano de 1969, sob a direção do médico sanitarista e escritor Moacyr Scliar. Desde seu início o boletim tem se pautado na divulgação de artigos produzidos por profissionais do sistema único de saúde e universidades com sede no estado. Transformou-se em um espaço para divulgar a produção científica regional.

Em 2002, foi criado o Centro de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS), que transformou a biblioteca em um serviço de informação bibliográfica e documental condizente com a variada gama de responsabilidades institucionais, com ações propositivas para dar conta do embasamento teórico-reflexivo e referencial científico e tecnológico, na abrangência da SES/RS e, interinstitucionalmente, na ambiência dos demais centros formadores em saúde pública do país (ARMANI, 2006, p. 111). O CEIDS participa do trabalho com os Núcleos Regionais de Educação e Saúde Coletiva (NURESC) como facilitador no processo de educação,

pois disponibiliza a informação e a documentação necessária para a formação, capacitação e qualificação profissional.

Desta forma a ESP/RS vem contribuindo para a formação de trabalhadores para o SUS, em pontos estratégicos do Rio Grande do Sul, bem como desenvolvendo ações de educação em saúde para qualificação do controle social, de movimentos sociais e a maior integração com instituições formadoras visando a qualificação do ensino em saúde em seus diversos âmbitos.

No cenário atual e como perspectiva de futuro, a ESP/RS considera, como Educação em Saúde Coletiva e Educação Permanente em Saúde, práticas educativas entre trabalhadores, movimentos sociais, conselhos, instituições de ensino e gestores de políticas públicas em saúde e intersetoriais, que não se reduzem aos domínios técnico-científico e profissional e se fundamentam em relações orgânicas de acompanhamento, assessoramento e/ou apoio nos cotidianos das redes de cuidado. Compreendendo a EPS conforme previsto na Portaria GM/MS 1996/07, anexo II, Educação Permanente é ensino-serviço, aprendizagem significativa. Destina-se a mudança de práticas profissionais e pressupõe a participação de gestores, trabalhadores, instituições formadoras e controle social.

Assume assim, a tradução da “clínica centrada no usuário” em itinerários formativos singulares que integram trabalho e educação (inseparabilidade do pensar e do agir), e inter-relacionam distintos campos de saber (saberes populares, ciências sociais e da saúde).

Busca, deste modo, a configuração em redes de educação: interações, conexões e fluxos entre múltiplos “nós” coletivos organizados de produção em saúde. Desde a referência da Educação Permanente em Saúde, interroga-se sobre os modos de gestão do trabalho e potencializa o controle social, ao afirmar a indissociabilidade de gestão, atenção, educação e participação.

Em novembro de 2013 foi aprovada a Resolução 590/2013 instituindo a Rede de Educação em Saúde Coletiva, que visa qualificar o processo de educação permanente em saúde por meio de intercâmbios interinstitucionais envolvendo gestão, formação, conselhos, trabalhadores, com fortalecimento dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde Coletiva.

4 PRINCIPAIS ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO

4.1 A Residência Integrada em Saúde (RIS)

A Residência Integrada em Saúde (RIS) constitui-se em uma modalidade de Especialização Lato Sensu, estruturada por Programas 09 (nove) Programas de Pós Graduação credenciados pelo Ministério da Educação, 04 (quatro) Programas Médicos e 05 (cinco) Programa Multiprofissionais, contemplando em torno de 22 núcleos profissionais. Ocorre de forma descentralizada em parceria com os municípios: Canoas, Esteio, Sapucaia, São Lourenço, Venâncio Aires, Farroupilha e Porto Alegre. Na Residência Médica são 4 Programas: Saúde da Família e Comunidade, Dermatologia Sanitária, Psiquiatria e Psiquiatria Infância e Adolescência. A Residência Multiprofissional em Saúde oferece 5 Programas para os profissionais da saúde nas seguintes áreas de concentração: Atenção Básica, Saúde Mental Coletiva, Vigilância em Saúde, Dermatologia Sanitária e Gestão em Saúde. Anualmente são oferecidas em média, 86 novas vagas, 22 vagas para Residência Médica e 64 vagas para Residência Multiprofissional contemplando em torno de 22 profissões.

Todos os Residentes (R1, R2, R3, R4) são custeados com Bolsas do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, são pagas em média 172 bolsas por mês. Os residentes são profissionais já graduados que atuam sob a supervisão de preceptores e tutores dos Programas de Residência e efetivam o atendimento à população nas formas: individual, grupal, domiciliar e demais atividades de nível primário, secundário e terciário de atenção à saúde.

É uma modalidade de educação profissional pós-graduada multiprofissional, de caráter interdisciplinar, desenvolvida em ambiente de serviço, mediante trabalho sob supervisão (trabalho educativo).

Fundamentada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a RIS orienta e acompanha atividades de atenção integral à saúde em serviços da rede pública (própria, contratada ou conveniada do SUS), promovendo atividades de reflexão sobre a prática de atendimento e atuação em Saúde Coletiva.

Trata-se de uma forma integrada de residência por estabelecer a integração dos programas de pós-graduação na modalidade de formação em serviço da Secretaria Estadual da Saúde; a integração entre trabalho e educação; a integração de diferentes profissões na equipe de saúde (campo e núcleo de saberes e práticas profissionais em articulação permanente); a integração entre ensino, serviço, controle social, gestão e pesquisa do SUS; bem como a integração dos campos das ciências biológicas, humanas e sociais.

É uma proposta que visa preparar e especializar profissionais para a atuação no SUS, buscando desenvolver aprendizagens para a atenção integral à saúde, que venham se traduzir em acolhimento aos usuários, estabelecimento de vínculos terapêuticos, responsabilização pelo cuidado à saúde, ampliação permanente da resolutividade da ação e estímulo continuado à autonomia das pessoas na proteção a sua saúde.

Atualmente são cinco as áreas de concentração da Residência Multiprofissional, assim distribuídas:

- Atenção Básica

Duração do programa: dois anos

Locais de Profissionalização: Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul, Farroupilha e Venâncio Aires, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social.

Titulação: Especialização 'Lato Sensu' na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração.

- Saúde Mental Coletiva

Duração do programa: dois anos

Locais de Profissionalização: Canoas, Farroupilha, Sapucaia do Sul e São Lourenço do Sul, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio,

desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Educação Física, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Titulação: Especialização 'Lato Sensu' na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração.

- Dermatologia Sanitária

Duração do programa: dois anos

Local de Profissionalização: Ambulatório de Dermatologia Sanitária em Porto Alegre, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social.

Titulação: Especialização 'Lato Sensu' na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração.

- Vigilância em Saúde

Duração do programa: dois anos

Locais de Profissionalização: Departamento Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre (DGVS/SMS), Coordenação de Vigilância em Saúde de Sapucaia do Sul (CVS/SMS) e Centro Estadual de Vigilância em Saúde do Rio Grande do Sul (CEVS/SES-RS), além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Medicina Veterinária, Nutrição, Saúde Coletiva, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Química, Geografia e Sociologia.

Titulação: Para profissionais de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Química, Geografia e Sociologia a titulação é de Aperfeiçoamento Especializado na

Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração, concedido pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, pois no momento não é possível o cadastramento destas profissões na plataforma da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). Para as demais profissões a titulação é de Especialização 'Lato Sensu' na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração.

- Gestão em Saúde

Duração do programa: dois anos

Locais de Profissionalização: Órgãos administrativos da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, havendo possibilidade de realização de estágios e atividades em outras localidades/municípios do estado, além de Porto Alegre.

Público: As vagas são distribuídas em dois grandes grupos. O primeiro grupo corresponde a graduados em profissões específicas da área da saúde: Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Física Médica, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Odontologia e Terapia Ocupacional. O segundo grupo de vagas é dirigido para qualquer profissão com graduação de Nível Superior. Em ambos os casos é exigido comprovante de conclusão de outro programa de residência ou comprovante de dois anos de experiência profissional de atuação no Sistema Único de Saúde – SUS na sua área de graduação superior.

Titulação: O programa encontra-se em processo de cadastro para fins de credenciamento junto ao no Ministério da Educação (MEC), que atualmente reconhece os programas de residência multiprofissional para os profissionais da saúde (Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Física Médica, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Odontologia e Terapia Ocupacional), concedendo aos concluintes destes programas a certificação de Especialização Lato Sensu na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a Área de Concentração. Para as demais profissões a certificação do residente será de Aperfeiçoamento Especializado na Modalidade de Residência, referindo a Categoria Profissional e a

Área de Concentração, concedido pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, pois no momento não é possível o cadastramento destas profissões na plataforma da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

Abaixo, no quadro 02, é possível visualizar as vagas previstas para o componente multiprofissional da RIS no período de 2021-2024:

Quadro 02: Distribuição das vagas da Residência Multiprofissional em Saúde, por Área de Concentração, no período de 2021-2024

Programa/Área de Concentração	Número de vagas		Total de vagas
	R1 (primeiro ano)	R2 (segundo ano)	
Atenção Básica	28	28	56
Dermatologia Sanitária	5	5	10
Gestão em Saúde	6	6	12
Saúde Mental Coletiva	13	13	26
Vigilância em Saúde	12	12	24
Total de vagas	64	64	128

A distribuição específica das vagas por Área de Concentração, profissão e local de profissionalização é definida anualmente conforme a disponibilidade de bolsas de estudo e dos campos de formação, assim como os recursos técnicos e pedagógicos instituídos para o desenvolvimento das ações previstas nos projetos pedagógicos, sem prejuízo do total de vagas previstas.

A Residência Médica compreende quatro programas, assim distribuídos:

- Medicina de Família e Comunidade

Duração: dois anos.

Locais de Profissionalização: Canoas, Farroupilha e Venâncio Aires, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Medicina.

Titulação: Residência em Medicina de Família e Comunidade, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

- Dermatologia

Duração: três anos.

Local de Profissionalização: Ambulatório de Dermatologia Sanitária em Porto Alegre, além de outros municípios que podem se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Graduados em Medicina.

Titulação: Residência em Dermatologia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

- Psiquiatria

Duração: três anos.

Local de Profissionalização: Hospital Psiquiátrico São Pedro, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Titulação: Residência em Psiquiatria, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

- Psiquiatria com Área de Atuação em Infância e Adolescência

Duração: um ano (correspondente ao quarto ano - R4, opcional, da Residência em Psiquiatria).

Local de Profissionalização: Hospital Psiquiátrico São Pedro, além de outros municípios que possam se constituir como campo de estágio, desde que mantenham Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Público: Médicos psiquiatras.

Titulação: Residência em Psiquiatria com Área de Atuação em Infância e Adolescência, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

No quadro 03, a seguir, é possível visualizar as vagas previstas para o componente médico da RIS no período de 2021-2024:

Quadro 03: Distribuição das vagas da Residência Médica, por programa, no período de 2021-2024.

Programa	Número de vagas				Total de vagas
	R1 (primeiro ano)	R2 (segundo ano)	R3 (terceiro ano)	R4 (quarto ano)	
Dermatologia	4	4	4	-	12
Medicina de Família e Comunidade	6	6	-	-	12
Psiquiatria	8	8	8	4	28
Total de vagas	18	18	12	4	52

4.2 Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

O curso busca desenvolver capacidade crítica e qualificação técnica dos profissionais de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde ampliando a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas Locais e Regionais de Saúde. Através da reflexão sobre os principais desafios para a implementação e organização dos serviços de saúde e assim o avanço no processo de atenção qualificada, fundamenta-se nos princípios da Educação Permanente em Saúde.

O curso é presencial, com parte da carga horária em EAD, através da plataforma moodle. Desde 2017 os cursos de especialização contam com a estratégia de EAD em sua grade curricular, o que possibilitou a diversificação e ampliação de métodos e alcance do trabalho pedagógico e articulação com o

serviço. Neste momento (2020) estão em curso a 38ª e 39ª turmas, sendo que, as últimas 4 turmas aconteceram a partir de uma retomada proposta pelo MS em 2016, em parceria com a Redescola – Fiocruz e UERGS. Depois de 5 anos de interrupção, a 39ª turma tem ênfase na Interprofissionalidade e terá como modalidade de trabalho de conclusão de curso Projetos de Intervenção.

Quadro 04: Principais atividades no âmbito da pós-graduação no período de 2020 - 2024

Curso	Período	Carga Horária	Nº de Turmas	Nº de vagas por turma
1 Curso de Especialização em Saúde Pública: ênfase em metodologias ativas de aprendizagem	2020 -2021	360h	1	25
2 Formação Docente Para a Saúde ¹	2020 -2021	360	1	25
3 Curso de Especialização para Promotores de Saúde do Idoso: formação de multiplicadores	2021	360	1	25

Fonte: Elaborado com base nos relatórios da Coordenação de Ensino da Pós-graduação.

4.3 Educação Profissional

Atualmente a Coordenação de Educação Profissional da ESP/RS está responsável pelos cursos no âmbito da educação profissional: Curso de Qualificação em Imunizações (EaD e/ou presencial) e do Curso de Formação de Cuidador de Idosos (EaD-híbrido) de forma descentralizada, no estado. Em planejamento estão os cursos de ações educativas para os servidores da Secretaria de Estado da Saúde, conforme demandas apresentadas para a Escola de Saúde Pública, tais como: oficinas, palestras e curso de extensão. Essas ações em educação na saúde

¹ Os cursos 2 e 3 estão em fase de construção de projeto.

serão estendidas para o período de 2020 a 2023.

Quadro 05: Principais Atividades no âmbito da Educação Profissional no período de 2019

Curso	Período	Carga Horária	Nº de Turmas	Nº de vagas por turma	Nº de Vagas
Técnico em Saúde Bucal	2016-2019	1600	1	40	40
Técnico em Vigilância em Saúde	2016-2019	1600	1	40	40
Qualificação em Acolhimento em Saúde	2019	60	1	40	40
Qualificação em Imunizações	2019	92	1	100	100

Fonte: Elaborado com base nos relatório da Coordenação da Educação Profissional.

4.4 Educação em Saúde Coletiva

A Educação em Saúde Coletiva abrange áreas de atuação com os trabalhadores, gestores, conselhos e movimentos populares em saúde e, a articulação com instituições de ensino visando à produção de redes de aprendizagem.

Como ação em desenvolvimento, destaca-se:

- Pesquisa (2018 a 2020): Controle Social em Movimento: diferentes contextos históricos e estratégias do Conselho Estadual de Saúde (CES/RS) no processo de educação política e participação em Saúde no Rio Grande do Sul – ESP/RS/IMED/CEAP/CES/RS.

4.5 Núcleo de Pesquisa

Principais pesquisas desenvolvidas no período de 2019 a 2023:

Títulos das pesquisas do Curso Especialização em Saúde Pública:

- ✓ Perfil Epidemiológico dos Surtos de Doenças de Transmissão Hídricas de Alimentares (DTHA) no município de Gravataí/RS entre 2008 e 2018;
- ✓ Perfil epidemiológico das tentativas de suicídio notificadas na Atenção Básica no município de Porto Alegre 2017 a 2019;
- ✓ Conteúdo de fibras do cardápio da alimentação escolar de escolas estaduais da 4ª região do Rio Grande do Sul: Uma série histórica (2018-2020);
- ✓ Coordenação do cuidado e ordenação das redes de atenção à saúde na visão dos trabalhadores da Estratégia Saúde da Família de um município de pequeno porte do Rio Grande do Sul;
- ✓ Acesso a um serviço especializado de cuidados em estomia: Análise a partir do olhar do usuário estomizado;
- ✓ Distribuição dos fonoaudiólogos que atendem ao Sistema Único de Saúde por macrorregião de saúde no estado do Rio Grande do Sul;
- ✓ Oficinas Terapêuticas como uma tecnologia leve de cuidado mental na Atenção Básica;
- ✓ Medicamentos psicotrópicos e suas implicações para saúde bucal;
- ✓ O perfil das causas de mortalidade na infância no município de Eldorado do Sul;
- ✓ A importância do coletivo como minimizador dos riscos para a saúde mental do enfermeiro que atua na Atenção Primária;
- ✓ Serviço Social: uma abordagem na intersetorialidade;
- ✓ Avaliação do Perfil das Crianças e Adolescentes Institucionalizados em Porto Alegre/RS;
- ✓ Na trilha da Saúde Mental: Memórias, aprendizados e questionamentos
- ✓ As implicações dos determinantes sociais em saúde na internação em unidade de cuidados prolongados;

- ✓ A Formação e o trabalho profissional do(a) Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil- Pos-dco UFAM –PUCRS – ESP;
- ✓ Inovação tecnológica para melhorar os indicadores de violência, criminalidade e qualidade de vida - PUCRS- CapesPrint- ESP;
- ✓ Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde no Brasil- ESP-FIOCRUZ;
- ✓ Educação Profissional e Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde no Rio Grande do Sul- ESP-FIOCRUZ;
- ✓ A intersectorialidade, a educação em/na saúde, a educação interprofissional em saúde e as práticas colaborativas na atenção à saúde: estratégias para consolidação do sistema de saúde brasileiro- PUCRS-ESP;
- ✓ Mais Laços e Menos Nós: a teia da rede de atenção à saúde no enfrentamento da violência- PUCRS-ESP-SMS;
- ✓ SERVIÇO SOCIAL & INTERSETORIALIDADE: produção científica a ser potencializada – ESP.

Títulos das pesquisas em andamento- com parcerias:

- ✓ Desvelando a Transição do Cuidado na Política de Saúde: o trabalho da/o Assistente Social na perspectiva da integralidade da atenção à saúde- PUCRS-GHC-ESP
- ✓ (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: a efetivação das políticas sociais em tempos de retrocesso frente a Pandemia/coronavirus- PUCRS-UFSM-ESP

Projetos enviados para concorrer a Edital: FAPERGS, CAPES e CNPQ.

4.6 Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde

O CEPS/ESP realiza mensalmente reuniões, em caráter ordinário, ou sempre que necessário, extraordinariamente, onde são analisados todos os projetos de pesquisa desenvolvidos pelas suas instituições constituintes, sendo que o maior volume de projetos são relativos à produção acadêmica da Residência Integrada em

Saúde e dos demais cursos desenvolvidos na ESP/RS. São também realizadas ações educativas/cursos que enfatizam a importância da observância dos aspectos éticos nas pesquisas em saúde; orientações individuais e/ou a grupos de pesquisadores conforme solicitação; participação em todas as atividades teóricas da Residência Integrada em Saúde como também realiza assessoramento aos pesquisadores para utilização da Plataforma Brasil em todas as fases de tramitação dos projetos de pesquisa.

O fluxo de projetos no CEPS/ESP faz parte do sistema CEP/CONEP, cuja operacionalidade ocorre através da Plataforma Brasil, ferramenta de informações do sistema, implantada na instituição desde 01/11/2012.

5 POLÍTICAS ARTICULADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

5.1 Política de Ensino

Para orientar a ação da ESP/RS na busca e na consolidação de ensino de qualidade e transformador, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- Adoção plena do conceito de educação permanente, do conceito ampliado de saúde e do conceito de saúde coletiva;
- Concepção de espaço de aprendizagem que contemple espaços de reflexão e de prática e integração entre ensino, serviço e pesquisa;
- Relação dialógica entre os atores da aprendizagem;
- Construção coletiva de conhecimento como base de transformação social;
- Avaliação como processo formativo e somativo, tendo como referência o aprendente em seu contexto;
- Professores e alunos mediatizados pela realidade que apreendem;
- Qualificação e consolidação do atendimento ao usuário do SUS e das condições do próprio trabalho em saúde;
- Construção de redes que contemplem a finalidade e a Missão da ESP/RS;
- Dimensão educativa contemplada em todos os projetos de cursos;
- Criação e desenvolvimento de cursos descentralizados;
- Atendimento às políticas de inclusão social e diversidade cultural.

5.2 Política de Pesquisa

A pesquisa na ESP/RS deve apoiar, principalmente, o fortalecimento de grupos de pesquisas, por temas, com o objetivo de potencializar suas iniciativas, a partir das seguintes diretrizes:

- Aderência às linhas de pesquisa da ESP/RS;
- Atendimento das exigências normativas do Comitê de Ética em Pesquisa;
- Promoção de atividades interdisciplinares na área da saúde e sua interface com outras políticas setoriais;
- Estímulo à realização de projetos de pesquisas nos espaços de atuação

dos alunos para subsidiar os trabalhos de conclusão de curso;

- Priorização dos temas dos trabalhos de conclusão de curso aplicados às necessidades detectadas nos espaços de atuação profissional;
- Promoção do desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento e a qualificação dos recursos humanos na saúde;
- Liderança dos projetos de pesquisa por servidores da ESP/RS com título de doutor;
- Articulação com as diretrizes da Rede de Observatório de RH em Saúde para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa;
- Articulação com as diretrizes de pesquisa da FAPERGS, CAPES e CNPq para a aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Fruição das possibilidades de recursos públicos e ou privados existentes para subsidiar os projetos de pesquisa;
- Priorização de projetos de pesquisa que promovam a articulação entre curso, Rede de Observatório e serviços;
- Estímulo e promoção da publicação dos trabalhos de conclusão em publicações científicas e próprias, dando visibilidade aos trabalhos que apresentem qualidade compatível com as exigências científicas.

5.3 Política de Extensão

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que possibilita a interação com a comunidade. Na ESP/RS, essas atividades reforçam o compromisso não só com a qualificação dos trabalhadores da saúde, mas com a sociedade em que se insere. Nesse sentido, a política de extensão da Escola realiza-se a partir dos seguintes diretrizes:

- Priorização das políticas públicas na área da Saúde;
- Atendimento das demandas sociais com foco em determinados grupos de interesse sanitário e com vulnerabilidades;

- Articulação e subsidio de atividades de extensão de iniciativa de diferentes instituições e grupos;
- Priorização de liderança aos profissionais que têm conhecimento das práticas em saúde e sobre o SUS na sua área de atuação, articulado com a interdisciplinaridade e intersetorialidade, para atuar nas atividades dos cursos de extensão;
- Estabelecimento de carga horária adequada à necessidade da atividade;
- Oferecimento de atividades, cursos e ou eventos que demonstrem e justifiquem aderência às necessidades de qualificação para atendimento das políticas de Estado e do Governo Estadual na área da saúde.

5.4 Política de Gestão

A gestão da Escola tem como responsabilidade a promoção dos processos acadêmicos e de profissionalização dos gestores, de forma participativa e democrática, atendidas as seguintes diretrizes:

- Estímulo à participação através de representação comprometida com a política pública de saúde;
- Estímulo à iniciativa e à autonomia na proposição de projetos;
- Avaliação como qualificadora do processo de gestão;
- Capacitação docente para a integração dos processos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Qualificação dos docentes e demais atores institucionais para atuação de acordo com a Missão e as finalidades da ESP/RS;
- Agregação dos profissionais dos serviços de saúde à docência, à pesquisa e à extensão, em suas respectivas áreas de conhecimento;
- Articulação de ações de acordo com as finalidades da ESP/RS.
- Estabelecimento de comunicação eficiente entre os diversos setores, serviços e atividades da Escola;
- Gerenciamento das informações para sustentação das estratégias da Escola.

6. PRINCIPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

6.1 Marcos conceituais da educação em e na Saúde

Para situar os marcos conceituais que influenciaram a concepção do processo ensino-aprendizagem da ESP/RS buscou-se as contribuições de diversos documentos de referência no campo da educação e da saúde e que, de alguma forma, auxilia-nos a traçar o percurso que foi se delineando na interação entre estes dois campos, configurando a educação permanente em saúde como um dispositivo fundamental de promoção da saúde.

Os documentos consultados, marcos históricos para a saúde coletiva, foram as Conferências Nacionais de Saúde e de Recursos Humanos, o Relatório de Alma Ata de 1978 (BUSS, 2000), a carta de Ottawa (1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde de 1986), e a Legislação de Educação Permanente em Saúde (2004-2007), entre outros.

Nos anos 1980, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) com o desenvolvimento de estudo em 23 países e 155 programas, sobre o tema da educação permanente, anteviu algumas dificuldades, entre as quais podemos destacar: dispersão e falta de continuidade (esporádicas e para categorias específicas); falta de direcionalidade (tensão entre diferentes enunciados políticos); baixa cobertura territorial e entre as equipes de saúde; falta de correspondência entre a doutrina educacional enunciada e a realidade concreta dos programas.

Desta análise, impôs-se à definição de um marco teórico conceitual para propostas de Educação Permanente que valorizassem a dimensão pedagógica do trabalho em saúde. Como decorrência deste processo foi elaborado um plano pedagógico com o objetivo de fazer da educação dos trabalhadores de saúde um processo permanente, no qual o trabalho se destacava como eixo do processo educativo, fonte do conhecimento e objeto de transformação. Tratava-se de uma proposta educativa centrada no enfrentamento dos problemas que emergem do trabalho cotidiano nos serviços de saúde.

O modo de educar ligado à Defesa da Vida passa a influenciar as ações de Educação e Saúde uma vez que a promoção da saúde envolve informações sobre

si, sobre o mundo, sobre a convivência social, sobre as relações sociais; o conhecimento das garantias constitucionais, o conceito de saúde e a construção da saúde nas interações sociais, ampliando e rompendo as fronteiras entre educação e saúde. A abordagem da clínica passa a ser considerada desde uma perspectiva ampliada, colocando em questão as diferentes formas de adoecimento e as condições de vida e trabalho (CECCIM, 2006).

A afirmação da vida pela defesa da saúde passam a ser estratégias para o desenvolvimento de possibilidades de apropriação subjetiva e coletiva de experiências, por meio do contato com diferentes saberes (artes plásticas; cinema; teatro; literatura; diversidade cultural; estudo da história, etc.), dando passagem a diversas significações para as sensações, impressões e vivências, gerando o debate sobre as transformações do mundo, da cultura e da política.

6.2 Concepção de Currículo

O currículo da ESP/RS, entendido como itinerário de formação do aluno, visa desenvolver a consciência sobre a dimensão educativa da ação em saúde. A proposta pedagógica da ESP/RS se alicerça no currículo integrado, seja através de disciplinas, unidades temáticas ou módulos que possam dialogar entre si. A organização curricular modular envolve um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores contextualizados por eixos temáticos e sustentados por um perfil profissional identificado com a complexidade do nosso tempo.

Os cursos de especialização, aperfeiçoamento e os cursos técnicos elaborados de acordo com a concepção modular contemplarão em sua organização um currículo flexível em blocos de aprendizagem, que podem ser combinados uns aos outros, de diversas maneiras, sendo os estudantes orientados pelos professores para administrarem, progressivamente, seu próprio aprendizado. Os módulos favorecem a inter, a multi e a transdisciplinaridade e têm compromisso efetivo com a integração entre teoria e prática, ensino e serviço. Para tanto, será necessário problematizar o cotidiano do trabalho, de forma crítica e reflexiva, permitindo a compreensão relacional e interativa entre profissionais, alunos, comunidade e rede

de serviços.

O módulo tem organicidade própria e organicidade em relação ao todo do curso, abrangendo área temática ou competências específicas, ao mesmo tempo em que se articula e se integra ao todo. Os módulos que podem estar presentes em cada curso são:

1. Módulos comuns e ou introdutórios, que trazem à tona a história, a atenção e a gestão do Sistema Único de Saúde, e referências conceituais, tais como, ética, educação em e na saúde, vigilância em saúde, entre outros.
2. Módulos específicos, que tratam do tema principal do curso;
3. Módulo de Educação Permanente e Pesquisa em Saúde, que trata da dimensão educativa da ação na saúde; Metodologia de Pesquisa; Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os dispositivos de integração teórico-práticos ocorrem através de seminários integradores, que serão acompanhados pelo responsável do módulo e ou professor de atividade acadêmica, construídos em diálogo com os professores de cada unidade temática e professores convidados. O objetivo dos seminários integradores é articular os diferentes conhecimentos propostos nos cursos com os problemas da prática dos serviços visando à produção de conhecimento que está se desenvolvendo.

Os módulos poderão trabalhar uma ou mais competência, desdobrada sob forma de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. O currículo integrado implica uma prática social que leva em conta o encadeamento de atividades de aprendizagem, que surgem das situações do trabalho. A partir da reflexão, deverão ser buscadas novas formas de ação, de busca ativa e de transformação das práticas existentes. Dentro dessa perspectiva:

- O trabalho é visto como um princípio educativo, uma condição para que o homem se construa a si mesmo na relação com os demais.
- Os princípios e diretrizes do SUS norteiam toda a formação profissional em saúde.
- A educação na ESP/RS abrange a formação inicial, permanente e continuada de trabalhadores da área da saúde.

- A certificação contemplará diversas possibilidades, de acordo com o itinerário percorrido pelo aluno, podendo ser parcial ou total, respeitada a forma de ingresso e os requisitos de cada curso.

A elaboração do currículo, em disciplinas ou em módulos, deve contemplar três marcos: o conceitual, o instrumental e o metodológico.

A configuração curricular nas modalidades de Educação a Distância – EAD contará com uma Rede Virtual de Aprendizagem como espaço de encontro virtual para colaborar na produção e socialização de conhecimentos coletivos, na perspectiva da mudança das práticas em saúde e intersetoriais, por meio de recursos, metodologias e tecnologias de aprendizagem, tais como portfólios; fóruns de discussão; biblioteca de arquivos; agenda de eventos e outros.

6.3. Concepção de Ensino-Aprendizagem

A concepção de processo ensino-aprendizagem que vem sendo construída tem como referências o conjunto de atividades desenvolvidas pela ESP/RS no decorrer de sua trajetória, destacando-se as propostas pedagógicas do Curso de Especialização em Saúde Pública, da Residência Integrada em Saúde (Multiprofissional e Médica), dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, e os pressupostos da educação permanente e da educação em saúde coletiva.

A presente proposta foi tecida nas discussões com diferentes setores da ESP/RS e a direção, em uma perspectiva integradora das concepções de ensino, currículo e avaliação, considerando o que vem se desenvolvendo, de forma articulada com as diferentes iniciativas de formação da ESP/RS, voltadas a formação específica sustentada na valorização do ser humano em suas múltiplas dimensões e em diferentes contextos sócio-econômico-culturais.

Considerando o conceito ampliado de saúde que consta na Constituição Federal (1988), que implica entre seus fatores determinantes e condicionantes, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Somado a isto, a Lei 8.080/1990 do SUS complementa este conceito ao indicar que as ações de saúde se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, cabendo à educação em saúde contemplar estas intencionalidades para que se tornem efetivas nas práticas de saúde.

A nossa proposta de educação assume então o conceito ampliado de saúde proposto pela Constituição Federal e referendado pela Lei 8.080/90 ao considerá-la como um problema complexo e produção social. Saúde como equivalência de vida com qualidade (não só ausência de doença) e capacidade de enfrentar adversidades e lutar por qualidade de vida de forma criativa implica autoria, engajamento subjetivo e reconhecimento de uma coletividade.

Para melhor compreensão em relação à educação na e em saúde, cabe aqui trazer a conceituação utilizada no campo de atuação da área técnica da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (BRASIL, 2007):

Educação em saúde: "processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população e não à profissionalização ou à carreira na saúde. Ou ainda, o conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar a atenção em saúde de acordo com as suas necessidades (...) potencializa o exercício do controle social sobre as políticas e os serviços de saúde para que esses respondam às necessidades da população e deve contribuir para o incentivo à gestão social da saúde (...) (p. 22) (grifo nosso)

Educação na saúde: a produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular. (p. 22)

Educação permanente em saúde: ações educativas embasadas na problematização do processo de trabalho em saúde e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência às necessidades de saúde das pessoas e das populações, a reorganização da gestão setorial e a ampliação dos laços da formação com o exercício do controle social em saúde. (p. 22). (grifo nosso)

O trabalho em saúde tem se construído com a interdisciplinariedade de conhecimentos; a intersetorialidade de práticas; a cooperação e inter-subjetividade; comunicação, empatia, numa forma particular de compromisso e construção de redes.

Por isto, pode-se dizer que hoje já não há mais separação entre o tempo da

formação e o tempo do trabalho. Os espaços de formação e trabalho se interpenetram. A educação está inserida no espaço do trabalho e deve ser considerada como parte do mesmo, já que se formar é trabalhar.

Os desafios para o âmbito da educação na saúde que se tem vivido nos vários espaços de formação da ESP/RS indicam que contemporaneamente se faz necessário não só repensar os serviços de saúde e suas práticas, como também a formação dos profissionais de saúde, tendo em vista a consolidação do SUS e a aproximação com as principais necessidades de saúde da população, buscando-se através da educação, o caminho possível para produzir mudanças e ou rupturas no modelo assistencial e na reorganização dos serviços.

A proposta pedagógica da ESP/RS reúne a história e as construções das diferentes experiências de formação praticada ao longo de sua existência, assumindo os desafios e as dificuldades próprias da integração que se deseja, reafirmando que a transformação das práticas de saúde deve acompanhar a transformação da formação em saúde.

Nesse sentido, é preciso ter presente que a educação permanente conceituada como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorpora ao cotidiano das organizações e ao trabalho (BRASIL, 2007), baseada em aprendizagens significativas implica reconhecer e compreender a subjetividade e complexidade, para, a partir disso, agir sobre processos de trabalho e desenvolver ações factíveis. Assim, também, o fazer cotidiano relacionado ao trabalho se constitui como espaço permanente de aprendizagem, o que por sua vez, ressignifica-o quando se instituem os processos de educação permanente.

6.4 Concepção de Avaliação

A avaliação situa-se como parte integrante do itinerário curricular, apresentando caráter processual, formativo e somativo, constituindo-se em acompanhamento sistemático da aprendizagem do aluno. Sua concepção envolve processo e produto, ambos articulados ao perfil desejado.

Dentre as concepções teóricas que embasam nossa concepção de avaliação

salientamos as seguintes:

- Compreensão de que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada. Seu progresso só pode ser percebido quando comparado com ele mesmo: Como estava? Como está? As ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa (HADJI, 2001).

- O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades, cabendo ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos (LUCKESI, 1999).

- Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, ser o instrumento dialético do avanço, ser o instrumento da identificação de novos rumos, verificando a aprendizagem não só a partir dos mínimos possíveis, mas a partir dos mínimos necessários. Os critérios são importantes, mas não são fixos e imutáveis, modificando-se de acordo com a necessidade de alunos e professores (LUCKESI, 1999).

- O importante não é fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender (PERRENOUD, 1999).

- Avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos, e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas (HOFFMANN, 2000).

A ESP/RS adota, portanto, uma avaliação diagnóstica e processual que respeita as formas de aprender dos alunos, seus conhecimentos e experiências prévias, suas dificuldades e pré-concepções, cabendo ao professor, interpretar as evidências, percebendo o ponto de vista do aluno, o significado de suas respostas, os níveis de compreensão e as relações estabelecidas.

6.5 Processo de Avaliação

A avaliação, de um modo geral, enfatiza o processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. Nesse sentido, a avaliação se desenvolverá de

forma compartilhada, envolvendo os diferentes atores do processo formativo, com vistas a compreender o processo do conhecimento e seus desdobramentos na prática docente.

No processo de avaliação as atividades desenvolvidas pelos alunos serão acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores. Estes manterão constante interação com a coordenação visando à troca de informações, à apreciação conjunta das dificuldades e à busca de soluções, relacionadas às dificuldades de cada componente curricular.

O processo avaliativo comportará, portanto, diferentes procedimentos como auto-avaliação, trabalhos em grupo e individuais, apresentações orais, frequência, envolvimento e participação nas diferentes atividades curriculares propostas, avaliações escritas, e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

Caberá aos professores a avaliação dos alunos utilizando as seguintes notas ou conceitos:

I - Notas de 9,0 a 10,0 (Conceito A);

II - Notas de 7,0 a 8,9 (Conceito B);

III - Notas de 6,0 a 6,9 (Conceito C);

IV - Notas de 0,0 a 5,9 (Conceito D).

A nota 6,0 (seis) ou conceito final C é o mínimo exigido para aprovação em qualquer atividade curricular.

Será conferido o certificado de conclusão ou diploma de acordo com o curso ou programa ao qual o aluno estiver matriculado quando:

1. Obter aprovação em todas as atividades curriculares.
2. Obter a frequência mínima exigida nas atividades curriculares, que é de 75% (setenta e cinco por cento), com exceção da Residência Integrada em Saúde que é cumprimento da carga horária de 85% nas atividades teóricas e teórico-práticas e o cumprimento integral da carga horária exclusivamente prática do Programa, conforme Resolução nº 5 do CNRMS de 7 de novembro de 2014.

6.6 Linhas de Pesquisa

As Linhas de Pesquisa da ESP/RS estão baseadas no Quadrilátero

da Formação para a Área da Saúde:

Ensino, Gestão, Atenção, Participação e Controle Social, segundo Ceccim e Feuerwerker (2004). Tal opção conceitual deve-se ao entendimento de que a investigação científica na área da saúde deve contemplar os desafios da mudança do modelo de atenção à saúde, a necessária produção do conhecimento no campo da gestão do sistema de saúde, de forma indissociável da educação permanente dos trabalhadores e do fortalecimento das instâncias de participação social no SUS. Ficam assim, definidas as linhas de pesquisa da ESP/RS:

a) Atenção em Saúde: refere-se a estudos que envolvam as práticas de atenção à saúde, voltadas aos indivíduos e coletividades em todos os níveis de atenção, suas interfaces interdisciplinares e intersetoriais, a partir do enfoque da saúde coletiva. Esta linha abriga os estudos que surgem da problematização da prática cotidiana nos serviços de saúde, da implantação e fortalecimento das políticas públicas, com base na integralidade da atenção à saúde. Faz parte também desta linha, a pesquisa clínica, a qual refere-se a estudos de intervenção com métodos de abordagem quantitativa que propõe inovações (seja de tratamento ou procedimento) aos serviços de saúde.

b) Gestão em Saúde: refere-se a estudos que abordam o processo de planejamento, organização e avaliação do sistema de saúde em todos os níveis e do gerenciamento dos serviços de saúde. Pressupõe a realização de pesquisas a partir do reconhecimento do território como espaço de produção de saúde.

c) Educação Permanente em Saúde: esta linha é relativa aos estudos da educação e da saúde contextualizados nos cenários de trabalho. Refere-se às investigações sobre os processos de formação empreendidos no sistema de saúde, com base filosófica no princípio pedagógico do trabalho e, operacionalmente, nas políticas provenientes dos setores da saúde e da educação para a formação/qualificação dos trabalhadores de saúde.

d) Participação e Controle Social: compõem esta linha de pesquisa os estudos referentes aos desafios enfrentados para o fortalecimento da participação da sociedade no sistema de saúde. Esta linha sustenta-se na compreensão de que o conhecimento produzido a partir dos processos participativos empreendidos em

todos os níveis do sistema de saúde, pode contribuir para o aumento da capacidade de intervenção dos cidadãos, de forma individual ou coletiva, na formulação, execução e avaliação das políticas de saúde.

7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso de cursos da ESP/RS deve ser capaz de formular, implementar e avaliar propostas de intervenção transformadoras que qualifiquem a atenção em saúde e promovam a inserção social dos usuários do SUS, integrando a teoria à sua prática profissional.

Além disso, deve ser reflexivo e crítico na sua ação, que deve ser criativa, inovadora e resolutiva, com respeito às diferenças e com valorização das iniciativas construtivas, sem descuidar de uma postura ética e profissional.

8 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A ESP/RS conta com 63 servidores, sendo 55 com ensino superior e 08 com ensino médio, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades da escola.

A ESP não possui corpo docente em seu quadro profissional, e, portanto é constituído de servidores da ESP/RS, com vínculo estatutário, que desenvolvem suas atividades comprometidos com a docência, a missão, a visão, os valores, os objetivos e metas da Escola, sendo composto por especialistas (17), mestres (11) e doutores (13).

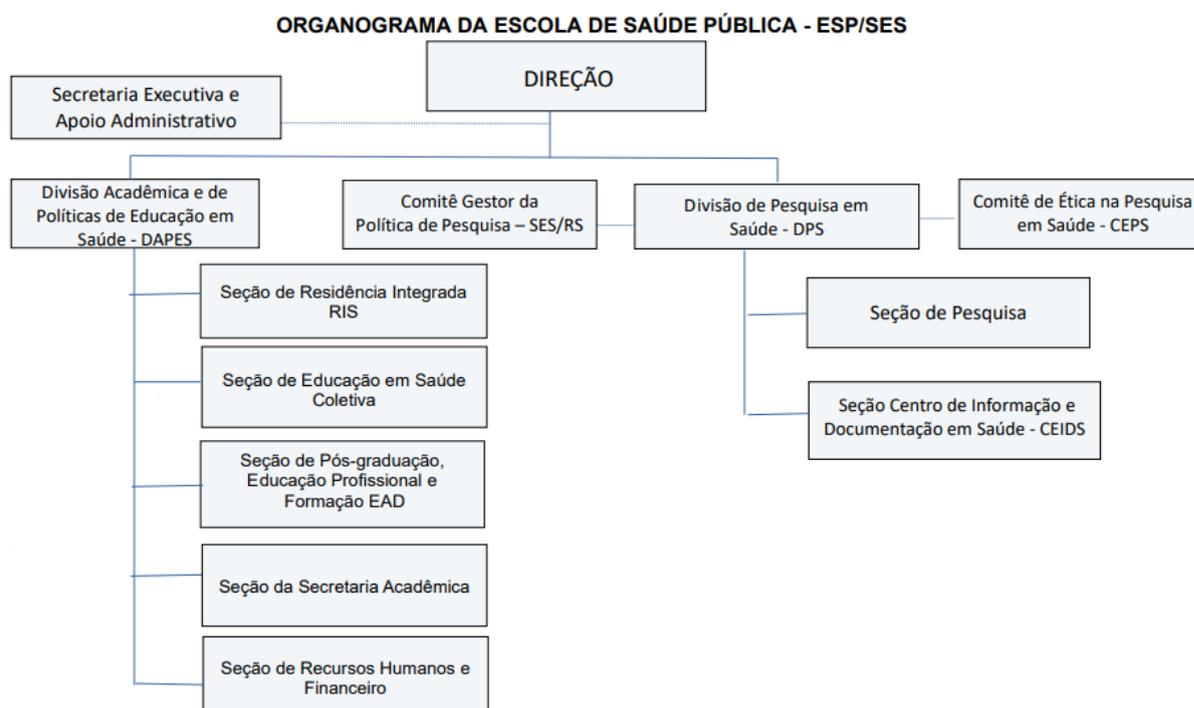
A escola pode dispor para as atividades de formação de:

- I - Professores convidados, colaboradores, visitantes, nacionais e estrangeiros;
- II - Servidores da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, lotados em outros Departamentos que atuam como docentes convidados;
- III - Professores selecionados e contratados por meio de edital público.

9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

9.1 Estrutura da Escola

Figura 02: Organograma da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul



9.1.1 Direção ESP

A Direção, órgão executivo que gerencia, coordena e supervisiona as atividades da Escola de Saúde Pública, é exercida pelo Diretor e pelo Vice-Diretor, designados pelo Secretário de Estado da Saúde de acordo com as normas internas da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

9.1.1.1 Secretaria Executiva e Apoio Administrativo

A Secretaria Executiva realiza as atividades de apoio relacionadas ao Gabinete

da Direção. O Apoio Administrativo é responsável pelas atividades que envolvem as áreas de protocolo, almoxarifado, material, patrimônio, manutenção; acompanhamento e supervisão dos serviços de empresas terceirizadas, tais como: vigilância, higienização, serviços gerais e transporte.

9.1.2 Divisão Acadêmica e de Políticas de Educação em Saúde (DAPES)

9.1.2.1 Seção Residência Integrada em Saúde

A Coordenação da Residência Integrada em Saúde é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação dos Programas de Especialização lato sensu, educação em ambiente teórico e teórico prático em serviço, sob a forma de Residência Integrada em Saúde (RIS), que envolve as Residências Médica e Multiprofissional em Saúde, mantida no âmbito da ESP/RS e das instituições vinculadas à administração estadual e municípios parceiros. Entre suas principais atribuições estão o estabelecimento do currículo em consonância com a legislação, com a especificidade de cada Programa, com as políticas de saúde.

9.1.2.2 Seção Educação em Saúde Coletiva

A Seção de Educação em Saúde Coletiva é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação das ações de educação em saúde coletiva e de educação permanente em saúde envolvendo os profissionais de saúde e demais atores sociais inseridos no Sistema Único de Saúde. Entre suas atribuições estão a realização de eventos e/ou de debates, desenvolvimento de ações interinstitucionais e de assessoramento, promovendo a interlocução com políticas setoriais de educação como a educação popular em saúde, a educação para a participação e o controle social e a redução de danos.

9.1.2.3 Seção de Ensino de Pós Graduação, Educação Profissional em Saúde e Formação EAD

9.1.2.3.1 Ensino de Pós-Graduação

Compete planejar, acompanhar e coordenar o ensino de pós-graduação lato

sensu, desenvolvendo cursos de especialização ou aperfeiçoamento na área da saúde, conforme diretrizes da educação nacional e estadual. Também executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

9.1.2.3.2 Educação Profissional em Saúde

Responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação do ensino profissional, sob forma de cursos de formação profissional, qualificação básica e especialização em área profissional. Também é encarregado pelo desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada, técnica e de educação permanente dos profissionais de nível médio para as diversas áreas de atenção à saúde, visando à formação e à qualificação de profissionais para o SUS. A ESP/RS por sua atuação na área da educação profissional é uma das escolas que compõe a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) que foi instituída por meio de Portaria nº 1.298, no dia 28 de novembro de 2000.

9.1.2.3.3 Formação em EAD

Responsável pelas atividades de planejamento, acompanhamento e execução de ações na área de desenvolvimento de cursos na modalidade EaD, em parceria com os diversos departamentos da SES e conforme demanda.

9.1.2.4 Seção Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é responsável pelo planejamento, coordenação e realização dos registros acadêmicos e acadêmico-administrativos de todas as atividades educativas desenvolvidas pela ESP/RS ou com sua participação.

Entre as suas competências destacam-se:

- Responsabilização pela guarda, sigilo e atualização dos arquivos;
- Atendimento ao público externo e interno;
- Divulgação de editais publicados pela ESP/RS;
- Emissão de documentos (certificados, declarações, atestados e históricos);
- Realização de matrícula de discentes selecionados em cursos e programas oferecidos.

9.1.2.5 Seção Recursos Humanos e Financeiro

9.1.2.5.1 Recursos Humanos

Responsável pelas atividades de gerenciamento da vida funcional dos servidores, estagiários e profissionais cedidos de outros órgãos. Também participa do planejamento e coordenação de projetos de desenvolvimento e educação permanente dos servidores da ESP/RS.

9.1.2.5.2 Financeiro, Convênios e Contratos

Responsável pelas atividades de acompanhamento financeiro de projetos, elaboração de termos de referência, minutas de contratos, convênios e termos de cooperação técnica com posterior acompanhamento; instrução e acompanhamento de processos de pagamento. Além disso, orienta e realiza a confecção de especificações e orçamentos para serviços e aquisição de produtos.

9.1.3 **Divisão de Pesquisa em Saúde**

9.1.3.1 Seção de Pesquisa

A Coordenação de Pesquisa é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito científico tecnológico e pelo assessoramento no desenvolvimento de projetos de pesquisa de acordo com as diretrizes e linhas de pesquisa da ESP/RS. Também é responsável pela coordenação da Estação de Trabalho ESP/RS que integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Rede ObservaRH) do Ministério da Saúde, cujo propósito é apoiar estudos científicos e pesquisas institucionais, propostas pela SES e por outras instituições para proporcionar o mais amplo acesso a informações e análises sobre a área do trabalho e da educação na saúde no País, com vistas a contribuir para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos na área de Recursos Humanos.

9.1.3.2 Seção Centro de Informação e Documentação em Saúde

O CEIDS tem como atribuição:

- Gerenciamento dos recursos informacionais e documentais;

- Organização e disseminação da informação, servindo de referência na área de saúde pública e saúde coletiva;
- Recuperação e preservação da memória histórico institucional da saúde pública/ saúde coletiva gaúcha;
- Apoio as atividades discentes e docentes.

9.1.3.3 Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde

Responsável pela revisão ética das pesquisas em saúde, atendendo aos regulamentos nacionais. O Comitê tem um caráter educativo na formação continuada de pesquisadores acerca dos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, especialmente no que diz respeito ao que ao Sistema Único de Saúde.

9.1.3.4 Comitê Gestor da Política de Pesquisa da SES (CGPPSES)

Colegiado que elabora normas técnicas, re-gulamentos, portarias que visam:

- Zelar pela proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis sob a guarda da SES, para uso na pesquisa científica;
- Propor ações de formação e qualificação em pesquisa para servidores da SES;
- Propor e executar a Política de Pesquisa da SES;
- Participar do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS/Decit/SCTIE/MS).

10 CARACTERIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO

10.1 Instalações Físicas

A ESP/RS possui uma sede própria situada à Avenida Ipiranga 6311, no Bairro Partenon, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Fones: (51) 3287-2519 e 3287-8089. Compreende um total de 1.680,50 m² de área construída e 1.802,50 m² de área externa, dotada de recursos estruturais para execução de suas atividades. A ESP/RS conta ainda com um prédio anexo situado em área próxima, na Rua Nelson Duarte Brochado da Rocha, nº 9, com 2.554 m² de área construída. Tais instalações estão equipadas com insumos audiovisuais (data show, tela de projeção, computadores, notebooks, equipamentos de som e vídeo, TV tela plana) e infraestrutura de informática que garante a adequada implementação das atividades de ensino.

O espaço físico do prédio principal é distribuído em dois pavimentos, os quais têm passado por melhorias e sinalização para atendimento a pessoas com deficiência.

No térreo está localizado 01 (um) auditório com capacidade para 90 lugares, recepção, secretaria acadêmica, sala da assessoria de tecnologia da informação, sala do almoxarifado, copa, salas das equipes de apoio operacional e infraestrutura, Recursos Humanos, Contratos, convênios e financeiro, sala da coordenação de ensino de pós-graduação, sala da coordenação de políticas públicas, sala de coordenação de pesquisa, sala da assessoria do comitê de ética, sala da coordenação de educação em saúde coletiva, sala da política pública CRRD, banheiros masculinos e femininos, gabinete da direção com área de recepção, sala da direção, banheiro masculino e feminino, sala de apoio ao gabinete com a coordenação de apoio e a organização e infraestrutura da ESP/RS.

No segundo pavimento está localizada a sala da coordenação da Residência Integrada em Saúde, banheiros masculinos e femininos, cinco salas de aula e dois laboratórios de informática.

Na área externa da ESP/RS localiza-se o estacionamento interno para os funcionários e o externo aberto aos alunos e visitantes, além de uma edificação com

banheiro e sala da empresa terceirizada de higienização.

O espaço físico do prédio anexo conta com seis salas de trabalho, uma sala de arquivo, um laboratório de informática, quatro salas de aula, o Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS), uma copa, banheiro feminino, masculino e para professores e pessoas com deficiência. Na área do estacionamento temos ainda um auditório com capacidade para 80 pessoas.

10.2 Laboratórios

A ESP/RS possui três laboratórios de informática que servem de espaço para os alunos desenvolverem o manuseio de dados, equipados com 38 computadores possibilitando ao aluno pesquisar, organizar, guardar, tratar, calcular e processar informações, de modo a utilizar adequadamente softwares, em geral.

10.3 Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde – Biblioteca

O Centro de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS) está estruturado como serviço de apoio da Escola de Saúde Pública. Possui um acervo especializado em saúde pública e saúde coletiva. A biblioteca conta com 5 funcionárias com as seguintes funções: 2 bibliotecárias; 1 auxiliar de biblioteca e 2 estagiárias. Ocupa uma área física de 200 m². Atende a um público composto por alunos dos cursos de Pós-Graduação, Residência Integrada em Saúde, Cursos de Aperfeiçoamento, Extensão e Qualificação, funcionários da Secretaria da Saúde, professores da ESP/RS e comunidade em geral. O horário de funcionamento é das 8h30min às 18h, de segunda a sexta-feira. Oferece os seguintes serviços: consulta local; empréstimo; pesquisa em base de dados da saúde; orientação na elaboração de trabalhos acadêmicos com acesso local as normas da ABNT, bem como disponibiliza acesso à internet para estudo e pesquisa com 8 computadores disponíveis aos usuários.

A partir de 2005, a Biblioteca da ESP iniciou sua participação na RedeBiblioSUS, gerenciada pelo Ministério da Saúde.

Quadro 06: Acervo do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde

COMPOSIÇÃO DO ACERVO

LIVROS		
Classes	Títulos	Exemplares
Administração e Organização em Saúde	552	1090
Ciências Humanas	599	788
Ciências Sociais	636	844
Doenças Transmissíveis	549	759
Educação em Saúde	256	551
Enfermagem	328	559
Estatística	6	9
Estatísticas de Saúde	194	311
Ética e Bioética	64	113
Farmacologia	174	229
Fisiologia Humana	262	377
Ginecologia	189	307
História da Medicina	76	92
Medicina	406	599
Medicina da Família	181	288
Metodologia Científica	121	156
Nutrição	156	218
Pediatria	199	278
Saúde Bucal	118	148
Saúde Mental	392	539
Saúde Pública	1161	1996
Serviços de Saúde	90	304
Sistemas de Saúde	308	611
Vigilância Sanitária	195	343
TOTAL	7212	11509

OUTROS MATERIAIS	QUANTIDADE
Títulos de Periódicos	619
Folhetos	2.937
TCC	775
Acervo da Memória Institucional	1.498
CD	422
DVD	677
Material de Referência	187

Base de dados e periódicos

Site da Biblioteca:

<http://www.escoladesaudepublica.rs.gov.br/lista/371/biblioteca-ceids#>

Sites indicados:

BASES DE DADOS DE LIVROS ELETRÔNICOS, MONOGRAFIAS E TESES PAHO

<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=PAHO&lang=p>

WHOLIS

<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=WHOLIS&lang=p>

LILACS

<http://lilacs.bvsalud.org/>

MEDLINE

<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=MEDLINE&lang=p&form=F>

Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde

<http://bvsmms.saude.gov.br/>

BIREME

<http://www.bireme.br/php/index.php>

BVS Educação Profissional em Saúde

<http://www.bvseps.icict.fiocruz.br/>

Portal SBE - Saúde Baseada em Evidências

http://psbe.ufrn.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=232

BVS Psicologia Brasil

<http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>

BVS Saúde Pública

<http://saudepublica.bvs.br/>

BVS Enfermagem

<http://enfermagem.bvs.br/>

SciELO Livros

<http://books.scielo.org/>

Portal do Livro Aberto IBICT

<http://livroaberto.ibict.br/>

BASES DE DADOS DE PERIÓDICOS

Periodicos Capes

http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_phome&Itemid=68&

Portal de Periódicos FIOCRUZ

<http://periodicos.fiocruz.br/pt-br>

Portal de Revistas BVS

<http://portal.revistas.bvs.br/index.php?lang=pt>

Periódicos SciELO

<https://scielo.org/>

Portal de Revistas Científicas em Ciências da Saúde

<http://portal.revistas.bvs.br/index.php?lang=pt>

Directory of Open Access Journals

<https://doaj.org/>

LEGISLAÇÃO

Legislação da Saúde Federal - Ministério da Saúde

<http://www.saude.gov.br/legislacao-da-saude>

Sistema Legis Rio Grande do Sul

<http://www.al.rs.gov.br/legis/>

BIBLIOTECA DIGITAL DE OBRAS EM DIVERSOS FORMATOS

Dominio Público

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

REFERÊNCIAS

ARMANI, Teresa Armani. **Formação de sanitaristas**: cartografias de uma pedagogia da educação em saúde pública. Caxias do Sul, RS: Educus, 2007. 193 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS Nº196, de 10 de outubro de 1996**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm. Acesso: nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso: nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 162, 22 ago. 2007b, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático**: gestão do trabalho e da educação na saúde. Brasília, DF, 2007. 56 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES Nº 295/2013**, aprovado em 4 de dezembro 2013. Apreciação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa,

que subsidia o ato de credenciamento e credenciamento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação *latu sensu*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 maio. 2014. Seção 1, Pág. 28.

BUSS, Paulo. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 5, nº.1, Rio de Janeiro, 2000.

CAMPOS, Gastão W. S. **A saúde pública e a defesa da vida**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M.. **O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(1):41- 65, 2004.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 13.812, de julho de 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Resolução Nº 590/13 – CIB/RS**. Instituir a Rede de Educação em Saúde Coletiva no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/upload/1384449785_cibr590_13.pdf. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Editais de Abertura – Processos Seletivos Públicos – Residência Multiprofissional**: nº 01/2010; nº 03/2011; 04/2011; 02/2012; 03/2012; 06/2013; 10/2014. Disponíveis em: <http://www.fundatec.org.br/home/portal/concursos/>. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Editais de Abertura – Processos Seletivos Públicos – Residência Médica**: nº 01/2010; nº 04/2011; nº 03/2012; nº06/2014; nº 07/2014; nº11/2014.. Disponíveis em: <http://www.fundatec.org.br/home/portal/concursos/>. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. Estrutura da Escola. Fonte: <http://www.esp.rs.gov.br/conteudo/1493/estrutura-da-escola>. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. **Coordenadorias Regionais**. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/lista/104/Coordenadorias_Regionais. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. **Projeto Pedagógico Insitucional**.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 43.069, de 30 de abril de 2004**. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Saúde, altera o disposto no

Decreto nº 35.920, de 12 de abril de 1995, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acesso: Nov., 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 45.560, de 19 de março de 2008.** Cria a Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul – ETSUS/RS, em Porto Alegre. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acesso: nov. 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 44.050, de 05 de outubro 2005.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Saúde. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acesso: nov. 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 13.812, de 11 de julho de 1962. Publicado D.O.E.14/07/1962. **Cria na Secretaria da Saúde a Escola da Saúde Pública do Rio Grande Sul.**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. Info. AJ/SES nº 303/2010. Objeto: **Status Jurídico da ETSUS da ESP.** Acesso: nov. 2014.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio:** uma perspectiva construtivista. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Carta de Ottawa. In: BUSS, P. M. (Org.) **Promoção da Saúde e Saúde Pública.** Rio de Janeiro: ENSP. p. 158-162.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 183 p.